

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E
EMPREDIMENTOS S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

SOARES PENIDO PARTICIPAÇÕES E EMPREEDIMENTOS S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Senhores acionistas

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial bem como as respectivas Demonstrações Contábeis, do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Ressalta-se ainda que a Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A., com a constante preocupação de atender com eficácia seus clientes, firma o seu compromisso com o desempenho empresarial competitivo, a melhoria contínua de seus processos e produtos, a prevenção da poluição, a segurança e a saúde das pessoas. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 29 de março de 2018.

A Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e diretores da
Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita - medição do avanço físico da obra

A Companhia efetua o reconhecimento de suas receitas oriundas de prestação de serviços em construção com base na medição do avanço físico das respectivas obras. A determinação do estágio de conclusão das obras é utilizada na determinação do montante de receitas a serem reconhecidas e requer da Companhia um alto grau de julgamento. Devido ao volume de transações, os julgamentos envolvidos nas medições do estágio de conclusão das obras e o potencial impacto desses assuntos sobre o reconhecimento de receita nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, consideramos esse como principal assunto de auditoria.

Consideramos como um assunto significativo para a auditoria em decorrência dos impactos relacionados a regularização de sua situação econômica e financeira e determinação relevante quanto a sua continuidade operacional.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos o desenho e os controles chaves implementados pela Companhia e suas controladas no processo de determinação do estágio de conclusão das respectivas obras e da determinação da apropriação das receitas. Por meio de amostragem, inspecionamos as formalizações das aprovações de medições das obras em andamento com as respectivas aprovações internas. Confrontamos, também, por amostragem, o valor dos custos incorridos com a respectiva documentação comprobatória.

Avaliamos ainda as divulgações efetuadas pela Companhia nas suas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a receita reconhecida e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfase

Partes relacionadas

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 17 e 20 das demonstrações contábeis, que descrevem que a controlada Corumbá Concessões S.A. mantém saldos e operações comerciais, bem como litígio arbitral, em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nelas descritas. Especificamente quanto ao assunto litígio arbitral, a disputa foi iniciada em julho de 2017, quando a Controladora solicitou da Corumbá Concessões S.A. a incidência de correção monetária e juros legais (IGPM-FGV + 1% a.m.) sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFACs") que a mesma acionista realizou no período de 2006 a 2008, no montante histórico de R\$ 38.195 mil.

A Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos externos, entende a probabilidade de perda dessa demanda é possível e definiu pelo não provisionamento do valor no montante de R\$ 165.084 mil, referente a juros e correção monetária, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018. Nosso relatório não está ressalvado em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Soares Penido Empreendimentos e Participações S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós, que emitimos relatório sem modificação de opinião, em 29 de março de 2018.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2019.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado			Controladora		
		31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	01/01/2017 (Reapresentado)	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	01/01/2017 (Reapresentado)
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	77.188	159.728	83.541	16.909	4	136
Aplicações financeiras	6	40.161	30.985	30.434	-	-	-
Contas a receber	7	177.538	281.890	364.519	-	-	-
Estoques	8	120.791	131.787	98.399	-	-	-
Impostos a recuperar	9	94.940	92.362	99.839	130	13.990	2.072
Dividendos a receber		21.174	-	-	14.906	-	-
Despesas antecipadas		7.124	8.164	11.420	2.389	3.290	4.270
Outras contas a receber		47.382	75.115	46.312	-	19.848	20
		<u>586.298</u>	<u>780.031</u>	<u>734.464</u>	<u>34.334</u>	<u>37.132</u>	<u>6.498</u>
Não circulante							
Contas a receber	7	129.013	124.942	128.989	-	-	-
Depósitos judiciais	20	55.464	51.640	46.774	175	317	118
Precatórios a receber	11	88.293	81.514	62.491	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	-	-	-	11.075	85.569	900
Imóveis a realizar		3.550	3.550	858	-	-	-
Mútuos	17	600	-	1.647	46.490	177.512	172.822
Ativos financeiros	12	202.028	294.471	799.803	201.530	293.973	799.335
Despesas antecipadas		26.556	31.589	8.344	-	-	-
Ativo fiscal diferido	21	58.004	52.288	66.395	-	-	-
Outras contas a receber		58.921	78.781	116.637	-	-	-
		<u>622.429</u>	<u>718.775</u>	<u>1.231.938</u>	<u>259.270</u>	<u>557.371</u>	<u>973.175</u>
Investimentos	10	14.843	14.843	18.581	1.260.787	1.099.399	1.122.584
Imobilizado	13	1.755.788	1.762.885	1.644.437	808	1.022	-
Intangível	14	77.237	80.900	85.051	15.171	15.188	15.205
		<u>1.847.868</u>	<u>1.858.628</u>	<u>1.748.069</u>	<u>1.276.766</u>	<u>1.115.609</u>	<u>1.137.789</u>
Total do ativo		<u>3.056.595</u>	<u>3.357.434</u>	<u>3.714.471</u>	<u>1.570.370</u>	<u>1.710.112</u>	<u>2.117.462</u>
Passivo e patrimônio líquido							
Passivo e patrimônio líquido	Nota	Consolidado			Controladora		
		31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	01/01/2017 (Reapresentado)	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)	01/01/2017 (Reapresentado)
Circulante							
Fornecedores	15	63.243	92.491	106.826	249	2.836	874
Empréstimos e financiamentos	16	53.535	100.558	67.867	-	8.126	-
Debêntures	16	130.151	360.294	508.494	57.659	-	93.831
Impostos e contribuições a recolher	18	66.085	177.338	79.584	32.400	140.340	1.243
Salários e férias a pagar		10.432	27.360	29.739	-	-	-
Dividendos		8.185	18.319	23.234	6.811	19.514	22.714
Outras contas a pagar	19	59.470	111.680	72.939	65.852	65.028	65.030
		<u>391.101</u>	<u>888.040</u>	<u>888.683</u>	<u>162.971</u>	<u>235.844</u>	<u>183.692</u>
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	16	625.255	631.295	533.424	-	-	-
Debêntures	16	327.326	155.041	364.444	111.728	155.041	364.444
Impostos e contribuições sociais a recolher	18	109.362	12.881	13.859	106.618	2.920	3.389
Mútuos	17	-	3.250	19.610	8.392	40.900	24.370
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	3.232	3.232	3.232	-	-	-
Provisão para demandas judiciais	20	92.013	156.499	102.305	1.246	14.642	5.502
IR e CS diferidos	21	59.191	94.020	303.597	30.820	81.550	230.374
Receita diferida		529	877	17.068	-	-	-
Outras contas a pagar	19	76.954	60.425	40.995	-	-	-
		<u>1.293.862</u>	<u>1.117.520</u>	<u>1.398.534</u>	<u>258.804</u>	<u>295.053</u>	<u>628.079</u>
Patrimônio líquido	22						
Capital social		1.078.457	1.078.457	1.078.457	1.078.457	1.078.457	1.078.457
Reservas de lucros		37.751	68.371	195.375	37.751	68.371	195.375
Ajuste de avaliação patrimonial		32.387	32.387	31.859	32.387	32.387	31.859
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		1.148.595	1.179.215	1.305.691	1.148.595	1.179.215	1.305.691
Participação de não controladores		223.037	172.659	121.563	-	-	-
Total do patrimônio líquido		1.371.632	1.351.874	1.427.254	1.148.595	1.179.215	1.305.691
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>3.056.595</u>	<u>3.357.434</u>	<u>3.714.471</u>	<u>1.570.370</u>	<u>1.710.112</u>	<u>2.117.462</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2018	31/12/2017 (reapresentado)	31/12/2018	31/12/2017 (reapresentado)
Receita operacional líquida	23	998.874	1.245.952	-	-
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	(701.173)	(1.065.308)	-	-
Lucro (prejuízo) bruto		297.701	180.644	-	-
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas Administrativas, comerciais e gerais	25	(168.529)	(272.338)	(7.822)	(21.331)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	84.644	(40.741)	13.544	16.635
Resultado de equivalência patrimonial	10	-	(1.055)	55.128	(121.196)
		(83.885)	(314.134)	60.850	(125.892)
Lucro/ (prejuízo) operacional		213.816	(133.490)	60.850	(125.892)
Receitas financeiras	28	35.016	108.692	1.863	41.041
Despesas financeiras	28	(241.768)	(164.230)	(144.556)	(50.667)
		(206.752)	(55.538)	(142.693)	(9.626)
Lucro/ (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		7.064	(189.028)	(81.843)	(135.518)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	21	(26.569)	(153.698)	-	(139.781)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	21	49.755	219.095	50.730	148.823
Lucro/ (prejuízo) líquido do exercício		30.250	(123.631)	(31.113)	(126.476)
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		(31.113)	(126.476)		
Acionistas não controladores		61.363	2.845		
Lucro/ (prejuízo) líquido do exercício		30.250	(123.631)		
Resultado por ação (em reais)		(0,027)	(0,111)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (reapresentado)	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> (reapresentado)
Lucro/ (prejuízo) líquido do exercício	<u>30.250</u>	<u>(123.631)</u>	<u>(31.113)</u>	<u>(126.476)</u>
Resultado abrangente total	<u>30.250</u>	<u>(123.631)</u>	<u>(31.113)</u>	<u>(126.476)</u>
Resultado abrangente atribuído aos:				
Acionistas controladores	(31.113)	(126.476)		
Acionistas não controladores	<u>61.363</u>	<u>2.845</u>		
Resultado abrangente total	<u>30.250</u>	<u>(123.631)</u>		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total Controladora	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
	Capital social	Reserva de desapropriação	Reserva Legal	Reserva de lucros					
Saldos em 01 de janeiro de 2017 (reapresentado)	1.078.457	149.644	27.605	18.126	31.859	-	1.305.691	121.563	1.427.254
Transferencia reserva de lucros	-	(149.644)	-	149.644	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de tributos diferidos	-	-	-	-	528	(528)	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(126.476)	(126.476)	2.845	(123.631)
Aquisição de controlada com participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	48.848	48.848
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(597)	(597)
Proposta de destinação de reservas para absorção de prejuízo do exercício Absorção de prejuízos acumulados com reservas de lucros	-	-	-	(127.004)	-	127.004	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	1.078.457	-	27.605	40.766	32.387	-	1.179.215	172.659	1.351.874
Ajuste exercícios anteriores	-	-	-	-	-	493	493	-	493
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(31.113)	(31.113)	61.363	30.250
Mudança de participação em controladas	-	-	-	-	-	-	-	(314)	(314)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(10.671)	(10.671)
Proposta de destinação de reservas para absorção de prejuízo do exercício Absorção de prejuízos acumulados com reservas de lucros	-	-	-	(30.620)	-	30.620	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.078.457	-	27.605	10.146	32.387	-	1.148.595	223.037	1.371.632
							0	0	0

Soares Penido Participações e Empreendimentos S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2018	31/12/2017 (Reapresentado)	2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/ (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	30.250	(123.631)	(31.113)	(126.476)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:				
Juros e variações monetárias	100.218	153.812	14.346	43.699
Constituição (reversão) provisão para créditos de liquidação duvidosa e ajuste a valor presente de contas a receber	204	34.959	-	-
Juros e variações monetárias sobre precatórios a receber	(8.546)	(28.545)	-	-
Depreciação e amortização	91.435	68.098	231	68
Constituição (reversão) de provisão para demandas judiciais	(64.567)	53.528	(13.396)	9.140
Custo residual do ativo imobilizado e da propriedade para investimentos baixado	26.153	17.237	-	-
Custo do investimento alienado	2.055	551.878	2.055	551.878
Custo residual na baixa do investimento	-	24	-	36
Ganho na variação do valor justo de investimentos e propriedade para investimentos	90.580	(38.343)	90.580	(38.313)
Varição no percentual de participação de investimento	(314)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(40.545)	(195.470)	(50.730)	(148.824)
Equivalência patrimonial	-	1.055	(55.128)	121.197
	<u>226.923</u>	<u>494.602</u>	<u>(43.155)</u>	<u>412.405</u>
(Aumento) Redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber	100.077	55.271	-	-
Estoques	10.996	(33.570)	-	-
Precatórios a receber	1.767	5.968	-	-
Impostos a recuperar	(2.578)	7.477	13.860	(11.918)
Despesas antecipadas	6.073	(19.989)	901	980
Depósitos judiciais	(3.824)	(4.110)	142	(199)
Outras contas a receber	47.669	8.969	19.844	2.997
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(29.248)	(14.335)	(2.587)	1.962
Impostos e encargos sociais a recolher	(14.772)	96.776	(4.242)	138.628
Salários e férias a pagar	(16.928)	(2.379)	-	-
Receita diferida	(348)	(16.191)	-	-
Outras contas a pagar	(35.561)	96.893	505	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>290.246</u>	<u>675.382</u>	<u>(14.732)</u>	<u>544.855</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	(9.176)	(551)	-	-
Aquisição de ativo financeiro a valor justo	(192)	(8.239)	(192)	(8.239)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(106.450)	(238.341)	-	(1.073)
Aquisição de investimento com participação de não controladores	-	48.846	-	-
Aumento de participação em controladas e SCPs	-	-	-	(108.936)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(23.920)	(124.900)
Recebimentos de dividendos de controladas	-	-	7.079	-
Mútuo com partes relacionadas	(600)	1.647	50.427	(4.600)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(116.418)</u>	<u>(196.638)</u>	<u>33.394</u>	<u>(247.748)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	10.000
Mútuo com partes relacionadas	(3.250)	(16.360)	18.953	36.568
Empréstimos, financiamentos e debêntures:				
Captações	41.540	193.072	-	8.126
Pagamento do principal e juros	(252.679)	(573.743)	(8.126)	(346.933)
Pagamento de dividendos e antecipações de lucros	(41.979)	(5.526)	(12.584)	(5.000)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	<u>(256.368)</u>	<u>(402.557)</u>	<u>(1.757)</u>	<u>(297.239)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(82.540)</u>	<u>76.187</u>	<u>16.905</u>	<u>(132)</u>
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	159.728	83.541	4	136
No fim do exercício	<u>77.188</u>	<u>159.728</u>	<u>16.909</u>	<u>4</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(82.540)</u>	<u>76.187</u>	<u>16.905</u>	<u>(132)</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. (Companhia) atua exclusivamente como uma empresa de participação (Holding) de capital nacional fechado e tem a finalidade de unificar a gestão das empresas em que participa ou controla, além de consolidar e maximizar os benefícios decorrentes desta unificação.

A Companhia controla a Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng), que explora as seguintes atividades: (i) Construção Civil - segmentos de construção pesada, terraplenagem, pavimentação e construção civil; (ii) Mineração - produção e comercialização de pedras britadas, massa asfáltica, artefatos de concreto e outros minerais; (iii) Dragagem; e (iv) Concessão de Serviços Públicos - principalmente geração e comercialização de energia, incluindo energia eólica; e também controlou até 28 de dezembro de 2016 a Serveng Transportes Ltda., que explora os serviços de transportes de passageiros no âmbito metropolitano da Grande São Paulo (Airport Bus Service) ligando o Aeroporto Internacional de Guarulhos e o Aeroporto de Congonhas a diversos pontos da cidade de São Paulo.

2 Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 29 de março de 2019.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de imobilizado, o valor justo de ativos classificados como propriedades para investimentos na data de transição para o CPC, o valor justo de determinadas participações societárias mantidas em companhias abertas e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Base de consolidação

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia o controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

d. *Moeda funcional e moeda de apresentação*

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

e. *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação dessas demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

As informações sobre incertezas sobre as premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6** - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota 12** - Ativos financeiros;
- **Nota 13** - Revisão da vida útil do imobilizado;
- **Nota 14** - Recuperabilidade de ágio;
- **Nota 20** - Provisão para contingências;
- **Nota 21** - Impostos diferidos.

2.2 Principais práticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras e ativos financeiros), investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber de clientes), custo amortizado (fornecedores e subempreiteiros, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar) e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem e suas controladas têm o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os principais ativos reconhecidos na Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, precatórios a receber e outros recebíveis.

(iii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado, se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos de transação, depois do reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e, mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos, diminuídos por perdas por redução do valor recuperável.

(iv) ***Passivos financeiros não derivativos - mensuração***

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

(v) ***Instrumentos financeiros derivativos***

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2018 e 2017.

(vi) ***Categoria dos instrumentos financeiros***

Os instrumentos financeiros estão classificados em: Empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber de clientes), Valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras e ativos financeiros) e Custo amortizado (fornecedores e subempreiteiros, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar).

c. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em espécie, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos inferiores a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

d. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras incluem os recursos que não serão aplicados na operação no curto prazo, dentro de um período inferior a três meses.

e. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a faturar e valores efetivamente faturados, os quais incluem os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

f. Estoques

Os estoques de matéria prima, materiais auxiliares e outros estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio de compra, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. Os estoques de produtos acabados são formados pelos custos de matéria-prima aplicada, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de fabricação relacionados, sempre considerando a capacidade normal de produção, e estão apresentados por valores inferiores ao preço líquido de realização.

g. Ativos arrendados

(i) Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

(ii) Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

h. Imóveis a comercializar

Representado substancialmente por terrenos mantidos para futuras incorporações imobiliárias, os quais estão demonstrados ao custo de aquisição acrescido de despesas necessárias à sua legalização, estando demonstrado como ativo não circulante em função da expectativa de prazo de lançamento ultrapassar o período de doze meses da data do balanço.

i. Participações em consórcios

As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha no balanço patrimonial e no resultado do exercício de acordo com o percentual de participação mantido em cada consórcio. A provisão para perdas com encerramento de consórcios, quando aplicável, é reconhecida no passivo circulante.

j. Depósitos judiciais

Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Companhia e suas controladas, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

k. Investimentos

(i) Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

(ii) Outros investimentos

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na data do encerramento do exercício.

l. Propriedade para investimentos

São as propriedades em que se esperam benefícios econômicos contínuos e permanentes, representado pelos imóveis destinados a renda, e são inicialmente demonstrados pelo custo de formação, que inclui o custo do terreno e demais custos de construção. Quando a fase de construção encontra-se concluída, a Companhia e suas controladas passam a avaliar o ativo pelo seu valor justo baseado no método do fluxo de caixa descontado ou pelo valor de mercado das propriedades que busca refletir as condições de mercado deste ativo na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento, são alocados na demonstração do resultado nos exercícios que forem identificados.

m. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não estão sujeitos a depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil registrado na data da alienação, e são reconhecidos na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

n. Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia e de suas controladas e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização de um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia e suas controladas registram neste grupo o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura.

Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software, gastos pré-operacionais, marcas e patentes e outros são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período em que são utilizados.

Os direitos contratuais relacionados com a outorga inicial e o ativo intangível relacionado com obras de melhorias de concessão de rodovias estão demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período concedido pelo Poder Concedente para exploração da concessão.

Os direitos de lavra de jazidas foram mensurados ao custo de formação e a exaustão está sendo calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação dessas jazidas.

o. *Redução ao valor recuperável*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

O imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Quando aplicável, o *ágio pago sobre rentabilidade futura* e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Os valores contábeis de ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

p. *Fornecedores*

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados pelo custo histórico que se aproximam substancialmente de seu valor justo.

q. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos pelo valor justo, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço.

(i) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

(ii) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

r. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável e que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

s. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e de 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulante.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos. O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a Impostos de Renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

t. *Outros passivos circulantes e não circulantes*

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

u. *Capital social, Reservas, Dividendos e Ajuste de avaliação patrimonial*

O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

De acordo com o estatuto social, os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela administração e aprovados pela assembleia geral de acionistas.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

v. *Reconhecimento da receita*

(i) *Receita de vendas e serviços*

A receita bruta de vendas e serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela comercialização de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Inicialmente a receita é apresentada pelo valor bruto, e, subsequentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais, bem como das eliminações das vendas entre empresas relacionadas.

A receita de serviços prestados relacionados aos contratos de construção é determinada por meio de medições dos trabalhos realizados, normalmente documentadas em planilhas de medições que substanciam o estágio de conclusão do serviço na data de encerramento das demonstrações contábeis. A receita do contrato de construção compreende o valor inicial acordado com o cliente, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receitas e possam ser mensuradas de forma confiável. Na prática, a Companhia reconhece a receita dos contratos de construção baseada em relatório de medição previamente aprovado pelo cliente e, desde que exista um contrato firmado entre as partes.

A receita de venda de produtos é reconhecida contabilmente no momento que ocorre a transferência ao comprador dos riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias.

Uma receita não é reconhecida quando há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de locação são reconhecidas no resultado quando efetivamente incorridas.

w. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros ativos de aplicações financeiras, de precatórios e de ganhos na mensuração de ativos financeiros ao valor justo. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, juros sobre empréstimos, perdas na mensuração de ativos financeiros ao valor justo.

x. Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme os serviços relacionados sejam prestados.

(ii) Previdência privada

A Companhia possui plano de previdência privada para seus funcionários e dirigentes.

y. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Norma não adotada na preparação destas demonstrações financeiras e que pode ser relevante para a Companhia está mencionada abaixo:

IFRS 16 Leases (Arrendamento)

A IFRS 16 foi editada pelo IASB em janeiro de 2016 e exige que os arrendatários reconheçam nas demonstrações financeiras o passivo de pagamentos futuros e o direito de uso de um ativo arrendado, incluindo arrendamentos operacionais. Esta CPC 06 (R2) terá validade a partir de ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração não adotou estas normas de forma antecipada.

A Companhia ainda não escolheu o método de transição para as novas normas, nem determinou os efeitos nos relatórios financeiros atuais.

O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas.

3 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas e controladas com controle compartilhado, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Tipo de controle	Participação	
		2018	2017
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,32%	99,32%
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,32%	99,32%
Corumbá Concessões S.A.	Integral – Indireto	22,93%	22,93%
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,32%	99,32%
Eolicabras S.A.	Integral – Direto	100%	100%
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,32%	99,32%
Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,32%	99,32%
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,32%	99,32%
Mineração Aparecida Ltda.	Integral – Direto	100%	100%
Mineração Barueri Ltda.	Integral – Direto	100%	100%
Mineração Jambeiro Ltda.	Integral – Direto	100%	100%
Mineração São Bento Ltda.	Integral – Direto	100%	100%
Mineração São Luis Ltda. (antiga Serveng Mineração Balsas Ltda.)	Integral – Indireto	100%	100%
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,32%	99,32%
Nossa Casa Engenharia Ltda.	Integral – Indireto	100%	100%
Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,32%	99,32%
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,32%	99,32%
Residencial Acqua Serveng Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	94,30%
Santa Cruz Rodovias S.A.	Integral – Indireto	100%	100%
Serveng Cairo Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	2,64%	2,64%
Serveng Desenvolvimento Imobiliário Ltda	Integral – Direto	94,30%	94,30%
Serveng Energias Renováveis S.A.	Integral – Direto	99,32%	99,32%
Serveng Pequim Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	94,30%
Serveng Pindamonhangaba Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	94,30%
Serveng Residencial Campinas Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	94,30%
Serveng Residencial Galatea Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	94,30%
Serveng Residencial Mogi das Cruzes Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	94,30%
Serveng Residencial Mogi Vista I Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	94,30%
Serveng Residencial Mogi Vista II Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	94,30%
Serveng Residencial Padroeira Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	94,30%
Serveng Residencial Vila Guilherme Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	94,30%
Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia	Integral – Direto	100%	100%
SM Geração de Energia Eólica S.A. (a)	Integral – Indireto	99,32%	99,32%
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,32%	99,32%
Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,32%	99,32%
Unique Serveng Empreendimento Imobiliário Ltda.	Integral – Indireto	94,30%	94,30%
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,32%	99,32%
Ventos do Santo Antônio Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,32%	99,32%
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	99,32%	99,32%
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A. (a)	Integral – Indireto	99,32%	99,32%
Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.	Integral – Indireto	99,32%	99,32%

- (a) Empresas pré operacionais;

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital e reservas de lucros das empresas controladas e controladas com controle compartilhado;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- d. Os saldos das transações intercompanhias de controladas com controle compartilhado foram eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas foram destacadas no balanço patrimonial.

Também foram consolidadas as participações mantidas pela controlada Serveng em sociedades em conta de participação e consórcios

4 Reapresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia, com o objetivo de aprimoramento do conjunto de suas demonstrações contábeis, revisitou as práticas contábeis utilizadas até 31 de dezembro de 2018 e concluiu por modificar ou corrigir determinadas práticas contábeis, descritas abaixo, de forma retrospectiva, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro. Como resultado desse processo, ajustes e reclassificações foram identificados e efetuados nas demonstrações financeiras à partir de 1º de janeiro de 2017. Assim, as demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 incluem, para fins de comparação, as cifras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 1º de janeiro de 2017. Os ajustes não produziram efeitos no saldo de caixa e equivalentes de caixa.

As correções efetuadas que resultaram em ajustes estão resumidas a seguir:

- a) Consolidação das demonstrações contábeis da controlada Corumbá Concessões S.A.

A Companhia reavaliou sua posição de controle na investida Corumbá Concessões e concluiu que possui o controle sobre as atividades relevantes. Para determinar o controle sobre a investida Corumbá Concessões, a Administração utilizou-se de acordos contratuais para avaliar os direitos existentes que outorgam para a Companhia a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida, assim como à exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com as mesmas e a capacidade de usar seu poder para afetar o valor dos retornos.

b) Efeitos de retificações da controlada Corumbá Concessões

Extinção do Regime Tributário de Transição (RTT) - FIP

Após estudo realizado sobre os efeitos da adoção inicial da Lei nº 12.973/2014, considerando o disposto no inciso IV, do art. 69, foi apurada a diferença negativa de R\$ 1.861, que deverá ser adicionada pela Companhia na apuração do IRPJ/CSLL, em quotas fixas mensais, durante o prazo restante de vigência do contrato de concessão no valor mensal de R\$ 7. Referido montante foi apurado mediante a desconsideração dos efeitos da despesa com correção do FIP nos ajustes devido a extinção do Regime Tributário de Transição - RTT.

Extinção do Regime Tributário de Transição (RTT) - Outorga

Sobre os ajustes de exercícios anteriores realizados em 2010, relativos a Outorga, verificamos que no valor da atualização financeira do passivo, registrado contra ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido da Companhia (R\$ 15.192), não foi contemplado pelos ajustes após a extinção do Regime Tributário de Transição - RTT, e, tão pouco, pela metodologia de apuração de IRPJ/CSLL oriunda da adoção inicial da Lei nº 12.973/2014. Assim, entendemos que a partir da adoção inicial da Lei nº 12.973/2014, o montante em questão (R\$ 15.192 mil) é passível de exclusão nas bases de cálculo de IRPJ/CSLL da Companhia, em quotas fixas mensais, durante o prazo restante de vigência do contrato de concessão no valor mensal de R\$ 57, por referir-se, em última análise, a uma diferença positiva, apurada nos termos do inciso IV, do art. 69, da Lei.

IRPJ/CSLL diferidos

Ainda sobre os ajustes citados acima, houve a baixa proporcional referente aos IRPJ/CSLL diferidos constituídos na época sobre diferença temporária adoção Lei 12.973/2014.

Reclassificação Imobilizado

Fizemos ainda a reclassificação de terrenos para a classificação "Reservatório", onde verificamos que se referem a propriedades alagadas para fins de formação do reservatório artificial da UHE Corumbá IV pois são terrenos sem valor comercial, nos termos da Resolução Normativa nº 367/2009. Desta forma houve o impacto referente a depreciação retroativa. Desta forma, representamos o saldo em 01 de janeiro de 2017 e em 31 de dezembro de 2017, ajustando as respectivas contas em contrapartida a conta de Reserva para contingência.

c) Apresentação da conta de depósitos judiciais

A controladora Soares Penido e suas controladas modificaram a forma de apresentação dos depósitos judiciais. Os saldos foram reclassificados para conta "Depósito judicial" no ativo não circulante em contrapartida a conta de provisão para demandas judiciais. Por esse motivo, foram representados os saldos em 01 de janeiro de 2017 e em 31 de dezembro de 2017.

	Controladora		
	01.01.2017		
Balanco Patrimonial	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Depositos judiciais	-	118	118
Investimentos	1.123.707	(1.123)	1.122.584
Outros	994.760	-	994.760
Total do ativo	2.118.467	(1.005)	2.117.462
Provisão para contingências	5.384	118	5.502
Outros passivos	806.269	-	806.269
Total do passivo	811.653	118	811.771
Reservas de lucros	196.498	(1.123)	195.375
Outros	1.110.316	-	1.110.316
Total do patrimonio líquido	1.306.814	(1.123)	1.305.691

**Soares Penido Participações e
Empreendimentos S.A.**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017

31.12.2017			
Balço Patrimonial	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Depósitos judiciais	-	317	317
Investimentos	1.100.818	(1.419)	1.099.399
Outros ativos	610.396	-	610.396
Total do ativo	1.711.214	(1.102)	1.710.112
Provisão para contingências	14.325	317	14.642
Outras contas a pagar	65.030	(2)	65.028
Outros passivos	451.227	-	451.227
Total do passivo	530.582	315	530.897
Reservas de lucros	69.788	(1.417)	68.371
Outros	1.110.844	-	1.110.844
Total do patrimônio líquido	1.180.632	(1.417)	1.179.215
31.12.2017			
Demonstração do resultado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Resultado de equivalência patrimonial	(120.902)	(294)	(121.196)
Outros	(5.280)	-	(5.280)
Prejuízo do exercício	(126.182)	(294)	(126.476)
31.12.2017			
Demonstração de resultados abrangentes	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo do exercício	(126.182)	(294)	(126.476)
Resultado abrangente total	(126.182)	(294)	(126.476)

Consolidado			
31.12.2017			
Balço Patrimonial	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	159.469	259	159.728
Contas a receber de clientes	262.683	19.207	281.890
Impostos a recuperar	89.058	3.304	92.362
Dividendos a receber	162	(162)	-
Despesas antecipadas	7.155	1.009	8.164
Outras contas a receber	71.076	4.120	75.196
Outros ativos de curto prazo	162.772	-	162.772
Total do ativo circulante	752.375	27.737	780.112
Depósitos judiciais	27.652	23.988	51.640
Mútuos	6.080	(6.080)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	38.195	(38.195)	-
Despesas antecipadas	-	31.589	31.589
Ativo fiscal diferido	-	52.288	52.288
Outras contas a receber	89.841	(11.060)	78.781
Investimentos	24.161	(9.318)	14.843
Imobilizado	1.264.325	498.560	1.762.885
Intangível	73.979	6.921	80.900
Outros ativos de longo prazo	504.477	-	504.477
Total do ativo não circulante	2.028.710	548.693	2.577.403
Total do ativo	2.781.085	576.430	3.357.515
31.12.2017			

**Soares Penido Participações e
Empreendimentos S.A.**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Balanco Patrimonial	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fornecedores e subempreiteiros	89.056	3.435	92.491
Empréstimos e financiamentos	98.939	1.619	100.558
Debêntures	-	360.294	360.294
Impostos e contribuições a recolher	174.867	2.471	177.338
Salários e férias a pagar	27.062	298	27.360
Dividendos a pagar	17.785	534	18.319
Outras contas a pagar	145.741	(34.061)	111.680
Total do passivo circulante	553.450	334.590	888.040
Empréstimos e financiamentos	614.729	16.566	631.295
Impostos e contribuições sociais a recolher	10.601	2.280	12.881
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.232	3.232
Provisão para demandas judiciais	84.124	72.456	156.580
Outras contas a pagar	33.542	26.883	60.425
Outros passivos não circulante	253.188	-	253.188
Total do passivo não circulante	996.184	121.417	1.117.601
Reservas de lucros	69.788	(1.417)	68.371
Outros	1.110.844	-	1.110.844
Total do Patrimônio líquido	1.180.632	(1.417)	1.179.215
Participação de não controladores	50.819	121.840	172.659
Total do passivo	2.781.085	576.430	3.357.515

01.01.2017

Balanco Patrimonial	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	80.851	2.690	83.541
Contas a receber de clientes	345.102	19.417	364.519
Impostos a recuperar	87.648	12.191	99.839
Dividendos a receber	104	(104)	-
Despesas antecipadas	10.401	1.019	11.420
Outras contas a receber	44.770	1.542	46.312
Outros ativos de curto prazo	128.833	-	128.833
Total do ativo circulante	697.709	36.755	734.464
Contas a receber de clientes	128.988	1	128.989
Depositos judiciais	25.357	21.417	46.774
Mútuos	3.666	(2.019)	1.647
Adiantamento para futuro aumento de capital	38.195	(38.195)	-
Despesas antecipadas	41	8.303	8.344
Ativo fiscal diferido	-	66.395	66.395
Outras contas a receber	98.629	18.008	116.637
Investimentos	25.665	(7.084)	18.581
Imobilizado	1.091.563	552.874	1.644.437
Intangível	77.733	7.318	85.051
Outros ativos de longo prazo	863.152	-	863.152
Total do ativo não circulante	2.352.989	627.018	2.980.007
Total do ativo	3.050.698	663.773	3.714.471

**Soares Penido Participações e
Empreendimentos S.A.**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017

	01.01.2017		
Balanco Patrimonial	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Fornecedores e subempreiteiros	102.211	4.615	106.826
Empréstimos e financiamentos	67.127	740	67.867
Debêntures	93.831	414.663	508.494
Impostos e contribuições a recolher	78.292	1.292	79.584
Salários e férias a pagar	29.453	286	29.739
Dividendos a pagar	22.885	349	23.234
Outras contas a pagar	69.075	3.864	72.939
Total do passivo circulante	462.874	425.809	888.683
Empréstimos e financiamentos	526.996	6.428	533.424
Impostos e contribuições sociais a recolher	11.294	2.565	13.859
Adiantamento para futuro aumento de capital		3.232	3.232
Provisão para contingências	33.415	68.890	102.305
IR e CS diferidos	290.688	12.909	303.597
Outras contas a pagar	13.760	27.235	40.995
Outros passivos não circulante	401.122	-	401.122
Total do passivo não circulante	1.277.275	121.259	1.398.534
Reservas de lucros	196.498	(1.123)	195.375
Outros	1.110.316	-	1.110.316
Total do Patrimônio líquido	1.306.814	(1.123)	1.305.691
Participação de não controladores	3.735	117.828	121.563
Total do passivo	3.050.698	663.773	3.714.471
	31.12.2017		
Demonstração do resultado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	1.061.647	184.305	1.245.952
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(948.832)	(116.476)	(1.065.308)
Lucro bruto	112.815	67.829	180.644
Administrativas, comerciais e gerais	(265.743)	(6.595)	(272.338)
Resultado de equivalência patrimonial	591	(1.646)	(1.055)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(39.735)	(1.006)	(40.741)
Resultado antes resultado financeiro e impostos	(192.072)	58.582	(133.490)
Despesas financeiras	(110.504)	(53.726)	(164.230)
Receitas financeiras	105.824	2.868	108.692
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(196.752)	7.724	(189.028)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(151.415)	(2.283)	(153.698)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	220.293	(1.198)	219.095
Prejuízo do exercício	(127.874)	4.243	(123.631)
Resultado atribuído aos:			
Acionistas controladores	(126.182)	(294)	(126.476)
Acionistas não controladores	(1.692)	4.537	2.845
Resultado abrangente total	(127.874)	4.243	(123.631)

Demonstração de resultados abrangentes	31.12.2017		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo do exercício	(127.874)	4.243	(123.631)
Resultado abrangente total	(127.874)	4.243	(123.631)
Resultado atribuído aos:			
Acionistas controladores	(126.182)	(294)	(126.476)
Acionistas não controladores	(1.692)	4.537	2.845
Resultado abrangente total	(127.874)	4.243	(123.631)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Banco conta movimento	12.257	127.321	74	4
Aplicações financeiras diversas	64.932	32.407	16.836	-
	77.188	159.728	16.909	4

6 Aplicações financeiras

	Consolidado	
	2018	2017
		(Reapresentado)
Aplicações financeiras	40.161	30.985

As aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) que foi de 6,40 % a.a. em 2018 (9,33 % a.a. em 2017).

Os recursos classificados na rubrica “Aplicações financeiras” se tratam das aplicações financeiras registradas nas empresas do projeto eólico. Os demais recursos foram classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” por serem considerados como ativos financeiros de curto prazo e alta liquidez.

7 Contas a receber

	Consolidado	
	2018	2017 (Reapresentado)
Contas a receber	259.168	377.732
Medições a faturar	94.961	76.474
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(47.578)	(47.374)
	306.551	406.832
Circulante	177.538	281.890
Não circulante	129.013	124.942

A seguir apresentamos os montantes a receber, por idade de vencimento (*aging list*)

	Consolidado	
	2018	2017
A vencer	74.119	169.161
Vencidas:		
de 1 a 30 dias	12.297	36.520
de 31 a 60 dias	13	53
de 61 a 90 dias	5	15
de 91 a 120 dias	10	1
de 121 a 180 dias	135	52
a mais de 180 dias	172.589	171.930
Total	259.168	377.732

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é como se segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	(47.374)
Provisão constituída	(47.578)
Baixa	47.374
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(47.578)

8 Estoques

	Consolidado	
	2018	2017 (Reapresentado)
Produtos acabados	10.486	6.432
Matéria prima	228	89
Imoveis a comercializar	9.935	12.540
Terrenos a incorporar	75.270	79.438
Outros estoques para consumo e manutenção	24.872	33.289
	120.791	131.787

9 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
ISS	528	1.618	-	-
ICMS	2.758	3.724	-	-
PIS	11.426	11.625	10	-
COFINS	16.928	16.886	-	-
CSLL	16.367	17.672	-	3.745
Imposto de Renda	27.622	34.107	115	10.229
INSS	18.046	2.734	-	-
Outros	1.265	3.997	5	16
Total	94.940	92.362	130	13.990

10 Investimentos

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Investimentos mensurados por equivalência patrimonial	-	-	1.288.168	1.118.425
Participações em sociedades por conta de participação	14.843	14.843	-	-
	14.843	14.843	1.288.168	1.118.425
Lucro não realizado com controladas (a)	-	-	(27.381)	(19.026)
	14.843	14.843	1.260.787	1.099.399

(a) Construção de ativo imobilizado na controlada Corumbá Concessões S.A.

As informações da Controladora sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

	Capital social	Lucro (prejuízo) ajustado	Patrim. líquido	Particip. no capital da investida	Patrimônio líquido ajustado	Investimento		Equivalência	
						2018	2017	2018	2017
							(Reapres)		(Reapres)
Serveng-Civilsan	981.972	(280.480)	701.492	100,00%	701.492	701.492	613.961	9.265	(131.312)
Eolicabras S/A	52.289	(25.388)	26.901	100,00%	26.901	26.901	54.143	(9.737)	(2.735)
Serveng Energias Renov.	472.825	53.897	526.722	99,45%	523.826	523.826	379.628	57.567	(2.742)
Mineração São Luís Ltda.	3.857	(3.831)	26	100,00%	26	26	27	(1)	(3)
Mineração Jambeiro Ltda.	200	3.888	4.088	100,00%	4.088	4.088	7.546	4.211	6.633
Mineração Aparecida Ltda.	200	1.587	1.787	100,00%	1.787	1.787	2.428	1.967	2.236
Serveng DI	43.523	(12.826)	30.697	90,46%	27.770	27.770	59.814	(2.539)	1.526
Mineração Barueri Ltda.	200	2078	2.278	100,00%	2.278	2.278	878	2.750	299
Participação em controladas						1.288.168	1.118.425	63.483	(126.098)
Lucro não realizado						(27.381)	(19.026)	(8.355)	4.901
Total						1.260.787	1.099.399	55.128	(121.197)

11 Precatórios a receber

	Consolidado		
	2018	2017	01/01/2017
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Valor bruto			
DER/SP (a)	65.217	61.441	26.406
Prefeitura de Cotia (b)	14.250	13.668	23.384
Prefeitura de Guaratinguetá (c)	294	2.296	7.720
Prefeitura de Osasco (b)	2.880	2.769	3.445
AGETOP (d)	2.237	-	-
DER/GO (e)	3.396	-	-
Outros (b)	19	1.340	1.536
	88.293	81.514	62.491

Composição dos precatórios a receber

- (a) O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controladora Serveng em 1997, para ser pago em dez parcelas anuais a partir de dezembro de 2001, vencendo a última parcela em 31 de dezembro de 2010. O saldo remanescente está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança.
- (b) Outros precatórios a receber estão relacionados principalmente com contratos de obras executadas pela controladora Serveng para diversas prefeituras com créditos vencidos, destacadamente com as prefeituras municipais de Cotia, Guaratinguetá, Osasco e outras.
- (c) Em Abril de 2018 houve recebimento parcial de R\$1.492, e após revisão do método de atualização foi promovida baixa parcial para adequação do saldo.
- (d) Em 08/2018 houve decisão favorável a Serveng Civilsan em ação movida contra o estado de GO referente a nota de empenho não recebida no valor de R\$1.748 de 03/10/2013.
- (e) O precatório a receber do DER/GO está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controlada Serveng Civilsan em 1999.

12 Ativos financeiros

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Investimentos mensurados ao valor justo	202.028	294.471	201.530	293.973

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2018.

13 Imobilizado

Consolidado		2018			2017
	Taxa de depreciação (a.a.%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo residual	Saldo residual
		(reapresentado)			
Terrenos		4.745	-	4.745	98.605
Edifícios e construções	2,8	532.191	(140.784)	391.407	316.763
Máquinas e equipamentos	4 a 25	439.166	(196.690)	242.476	253.420
Veículos	14 a 20	130.154	(96.797)	33.357	68.797
Móveis, utensílios e outros	10	5.247	(3.104)	2.143	680
Aerogeradores	3,3	1.132.833	(127.941)	1.004.892	658.622
Computadores e periféricos	20	8.163	(6.3930)	1.770	1.904
Benfeitorias	4	39.996	(8.330)	31.666	27.829
Outros	19,62	43.730	(398)	43.332	336.265
		2.336.225	(580.437)	1.755.788	1.762.885

a. Mapa de movimentação do imobilizado - controladora

	Taxa de depreciação (a.a.%)	2018			2017		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo residual	Custo	Depreciação acumulada	Saldo residual
		(Reapresentado)					
Computadores e periféricos	20	1.090	(282)	808	1.090	(68)	1022
		1.090	(282)	808	1.090	(68)	1.022

b. Mapa de movimentação do imobilizado – consolidado

	Taxa Depreciação (a.a.%)	31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2017	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2018
		Custo								
Terrenos		98.215	402	(12)		98.605	309		(94.169)	4.745
Edifícios e construções	3	436.126	6.185	(596)		441.715	4.661	(8.354)	94.169	532.191
Máquinas e equipamentos	4 a 25	459.221	727	(15.823)	(7)	444.118	7.733	(17.474)	4.789	439.166
Veículos	10 a 25	174.016	83	(4.513)		169.586	707	(40.139)		130.154
Móveis e utensílios	10	5.654	111	(235)	(1)	5.529	17	(478)	179	5.247
Aerogeradores	3.3	752.128	-	-	5	752.133	1.387	(931)	380.244	1.132.833
Computadores e periféricos	20	6.848	1.175	(43)		7.980	240	(203)	146	8.163
Benfeitorias	4 a 25	43.038	5	(5.669)	(8)	37.366		(2.380)	5.010	39.996
Outros	20	45.674	291.086	(140)		336.620	97.536	(58)	(390.368)	43.730
Total do custo		2.020.920	299.774	(27.031)	(11)	2.293.652	112.590	(70.017)	-	2.336.225
Total da depreciação		(475.629)	(64.704)	9.555	11	(530.767)	(71.076)	21.406	-	(580.437)
Total do imobilizado		1.545.291	235.070	(17.476)	-	1.762.885	41.514	(48.611)	-	1.755.788

14 Intangível

Consolidado

	2018			2017
	Custo	Amortização e exaustão	Saldo residual	Saldo residual (Reapresentado)
Ágio pago na aquisição de investimentos (a)	41.590	-	41.590	41.590
Direito de lavra (b)	28.355	(3.348)	25.007	25.076
Direito contratuais de comercialização (c)	1.999	-	1.999	1.999
Direitos Servidão de passagem	371	-	371	371
Softwares	29.120	(27.400)	1.720	4.918
Contrato de conexão	744	(238)	506	535
Direito de uso do bem público	12.865	(6.846)	6.019	6.386
Outros	25	-	25	25
	115.069	(37.832)	77.237	80.900

Controlada

	2018			2017
	Custo	Amortização e exaustão	Saldo residual	Saldo residual (Reapresent.)
Ágio pago na aquisição de investimentos (a)	15.126	-	15.126	15.126
Softwares	85	(40)	45	62
	15.211	(40)	15.171	15.188

- (a) Ágio na aquisição de investimento fundamentado em expectativa de rentabilidade futura do projeto eólico, adquirido pela Companhia em 2011, com início das atividades em 2014;
- (b) A exaustão é calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação das jazidas. As jazidas existentes continuam sendo exploradas comercialmente, não havendo por enquanto razões econômicas que inviabilizem essa exploração;
- (c) Direitos contratuais serão amortizados a partir de 2014, ano de início da operação comercial das empresas de produção de energia eólica.

15 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (Reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)
Fornecedores nacionais	63.237	92.491	249	2.836
Fornecedores - partes relacionadas (nota 17)	6	-	-	-
	63.243	92.491	249	2.836

16 Debêntures, empréstimos e financiamentos

16.1 Debêntures

Item	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (Reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)
Debêntures (CDI + 2,68% a.a.)	a. 169.387	155.041	169.387	155.041
Debêntures (CDI 128% a.a.)	b. 288.090	360.294	-	-
	457.477	515.335	169.387	155.041
Circulante	130.151	360.294	57.659	-
Não circulante	327.326	155.041	111.728	155.041

- a. Segunda emissão emitido em 05 de maio de 2013, pela controladora Soares Penido Participações, para implementação do projeto eólico, com vencimento em 36 meses, finalizando em 05 de maio de 2016. Está garantido por aval da controlada Serveng-Civilsan. Terceira emissão emitida em 05 de junho de 2014, pela controladora Soares Penido Participação, com vencimento em 60 meses, finalizando em 05 de junho de 2019. Está garantido por aval da controlada Serveng-Civilsan. Quarta emissão emitida em 25 de agosto de 2015 com vencimento em 72 meses, finalizando em 25 de agosto de 2021.
- b. As Debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação no montante total da Emissão, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“BBI” e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”). Como banco liquidante e escriturador/mandatário o Bradesco S/A.

Características da Emissão:

Valor Nominal Unitário: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais);

Quantidade de Debêntures: 963 (Novecentas e sessenta e três) Debêntures, sendo 540 (Quinhentas e quarenta) debêntures relativas à primeira série (“Debêntures da Primeira Série”) e 423 (Quatrocentas e vinte e três) Debêntures relativas à segunda série (“Debêntures da Segunda Série”);

Séries: A Emissão foi realizada em 02 (duas) séries;

Remuneração: equivalente a 128,0% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo (Taxa DI-Over);

Valor Total da Oferta Restrita: R\$481.500.000,00 (Quatrocentos e oitenta e um milhões e quinhentosmil reais);

Data de Emissão: 19 de dezembro de 2014;

Data de Integralização: 19 de dezembro de 2014;

Forma de Integralização: A integralização foi realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional por meio de procedimentos do Módulo de Distribuição de Ativos - MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”);

Prazo de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 8 (oito) anos, contados da data de emissão;

Data de Vencimento: 19 de dezembro de 2022;

Banco Escriturador e Mandatário: Banco Bradesco S.A.;

Coordenadores Líderes: Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“BBI” e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”);

Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários;

Código CETIP: Série 1 (“CRUM 12”) e Série 2 (“CRUM 22”).

Destinação dos Recursos: Os recursos captados com a Emissão foram utilizados para amortização de dívidas da Companhia, incluindo dívidas bancárias BNDES/BB e debêntures 1ª emissão e de processos judiciais e reforço do capital de giro;

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
2020	95.430	22.345
2021	95.384	22.345
2022	91.819	22.345
2023 em diante	<u>44.693</u>	<u>44.693</u>
Total	<u>327.326</u>	<u>111.728</u>

16. 2 Empréstimos e financiamentos

		<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
		<u>Item</u>	2018	2017 (Reapresent.)	2018
Financiamento de equip. (FINAME PSI 2)	a.	79	7.730	-	-
Financ. de equipamentos (BNDES Eólicas)	b.	471.998	508.865	-	-
Financiamento (BNB Eólicas)	c.	186.740	147.526	-	-
Bradesco (9,11% a.a + TR)		-	39.107	-	-
Itaú (9,20% a.a + TR)		19.973	20.499	-	-
Capital de giro		-	8.126	-	8.126
Total		<u>678.790</u>	<u>731.853</u>	<u>-</u>	<u>8.126</u>
Circulante		53.535	100.558	-	8.126
Não circulante		625.255	631.295	-	-

- a. FINAME PSI00202 foram tomados com instituições financeiras para financiar aquisições de financiamentos de máquinas e equipamentos, estando sujeitos a encargos fixos de 4,5% a 5,5% ao ano e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) + juros que variam de 3,2 a 3,7% ao ano, com prazo de amortização mensal de até 60 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária de equipamentos e aval de acionistas da Companhia;
- b. Os empréstimos com o BNDES, captados pelas SPes que integram o Projeto União dos Ventos, através de sua controladora Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A., controlada indireta da Companhia, tem como objetivo financiar a construção do parque eólico nas cidades de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso no estado do RN, estando sujeitos a encargos fixos de 2,18% ao ano acima da TJLP, com prazo de amortização mensal de até 192 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária da totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Controlada Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A.

Esse financiamento possui indicador financeiro (covenant) anual em que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida deve ser maior ou igual a 1,3, onde: (EBITDA - Imposto de Renda e Contribuição Social) / (Soma dos pagamentos do principal + Juros em 12 meses). O cálculo e consequente manutenção do índice conforme definido, é efetuado a partir da data de início de operação dos parques eólicos.

- c. O financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), captado pela Companhia, tem como objetivo financiar a construção do parque eólico na cidade de Pedra Grande no estado do RN, estando sujeito a encargos fixos de 10.14 % ao ano, com prazo de amortização mensal de até 156 meses. Esse financiamento possui indicador financeiro (covenant) anual em que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser maior ou igual a 1,3, onde: (Saldo inicial de caixa + Geração de caixa da atividade) / (12 meses de pagamento da dívida onerosa). O cálculo e consequente manutenção do índice conforme definido, deve começar a ser efetuado a partir do primeiro dia útil após 60 dias da entrada em operação comercial da usina.

Empresa	Lucro bruto	Despesas administrativas e gerais	Despesas não-recorrentes	Depreciação e amortização	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	EBITDA	IR e CS corrente	Geração de caixa da atividade no ARef	Serviços da dívida no ARef	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)	
										2018	2017
Campina Potiguar	7.544	(98)	-	2.234	126	9.806	(605)	9.201	6.578	1,399	1,441
Canto da Ilha	6.524	(17)	-	1.997	(8)	8.496	(480)	8.016	5.959	1,345	1,371
Energia Potiguar	11.612	(30)	-	3.599	(107)	15.074	(791)	14.283	10.744	1,329	1,309
Esquina dos Ventos	7.658	(38)	-	2.249	(12)	9.857	(627)	9.230	6.697	1,378	1,417
Ilha dos Ventos	5.471	(29)	-	1.734	(9)	7.167	(400)	6.767	4.962	1,364	1,352
Morro dos Ventos	12.390	(51)	-	3.745	(4)	16.080	(872)	15.208	11.114	1,368	1,325
Ponta do Vento Leste	11.800	(37)	-	3.581	(124)	15.220	(811)	14.409	10.855	1,327	1,316
Pontal do Nordeste	7.293	(13)	-	2.254	(36)	9.498	(480)	9.018	6.795	1,327	1,314
Torres de Pedra	11.587	(18)	-	3.583	(130)	15.022	(794)	14.228	10.719	1,327	1,313
Torres de São Miguel	4.084	(26)	-	1.715	1.318	7.091	(381)	6.710	4.922	1,363	1,329

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	<u>Consolidado</u>	
	2018	
2020	57.679	
2021	45.581	
2022	45.581	
2023 em diante	476.414	
Total	625.255	

17 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e seus controladores, controladas e coligadas.

Os saldos e transações estão demonstrados a seguir:
Alienação de investimento na Serveng Transportes;

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)
Ativo circulante				
Pecúária Serramar	-	4	-	-
(nota 5)	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Dividendos a receber				
Pecúária Serramar	21.174	-	-	-
Serveng Energia Renováveis	-	-	14.415	-
Mineração Aparecida	-	-	491	-
	<u>21.174</u>	<u>-</u>	<u>14.906</u>	<u>-</u>
Outras contas a receber				
Thadeu Penido	32.992	32.992	-	-
(nota 9)	<u>32.992</u>	<u>32.992</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Ativo não circulante				
Mútuos				
Serveng Civilsan S/A	-	-	-	1.150
Ventos Potiguares	-	-	-	176.362
Eolicabras	-	-	415	-
Serveng Transportes	600	-	-	-
Serveng Energias Renováveis	-	-	46.075	-
	<u>600</u>	<u>-</u>	<u>46.490</u>	<u>177.512</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital				
Serveng Civilsan S/A	-	-	3.200	85.569
Serveng Energias Renováveis	-	-	7.875	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.075</u>	<u>85.569</u>
Outras contas a receber				
Condomínio Serramar	100	100	-	-
C&M Engenharia	601	503	-	-
Thadeu Penido	46.686	65.650	-	-
(nota 9)	<u>47.387</u>	<u>66.253</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo circulante				
Fornecedores				
Serveng Transportes	6	-	-	-
(nota 14)	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

**Soares Penido Participações e
Empreendimentos S.A.**
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017

Dividendos a pagar				
Acionista (SOAP)	5.130	17.714	5.130	17.714
Thadeu Penido	80	-	-	-
Serveng Transportes	-	71	-	-
Mineração Aparecida	-	-	-	793
Mineração Barueri	-	-	450	-
Mineração Jambeiro	-	-	1.231	999
C&M Engenharia Ltda	109	20	-	-
Companhia Energética de Brasília - CEB	1.843	331	-	-
Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB	341	61	-	-
Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP	682	122	-	-
	8.185	18.319	6.811	19.506
Passivo não circulante				
Mútuos				
Mineração Barueri	-	-	-	900
Eolicabras	-	-	-	21.250
Serveng DI	-	-	6.992	9.750
Ventos do Canto de Baixo	-	-	-	6.000
Ventos de Santo Antonio	-	-	-	3.000
Unique Serveng	-	-	550	-
Serveng Pequim	-	-	850	-
Mogi das Cruzes	-	-	-	-
Serveng Transportes	-	3.250	-	-
	-	3.250	8.392	40.900
Adiantamento para futuro aumento de capital				
CEB S.A.	3.232	3.232	-	-
	3.232	3.232	-	-
Outras contas a pagar				
Serveng Transportes	45.409	45.409	45.409	45.409
SM Geração de energia Eolica(e)	0	0	15.050	15.050
	45.409	45.409	60.459	60.459

Remuneração da Administração e da diretoria

Durante o exercício de 2018, como em 2017, os Administradores da Companhia e controladas não receberam remuneração a título de honorários.

18 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (Reapres.)	2018	2017 (Reapres.)
Obrigações fiscais				
Tributos parcelados	142.907	13.185	138.942	3.068
COFINS	7.443	10.303	5	92
ISS	6.725	7.006	-	1
PIS	1.609	2.002	1	15
ICMS	672	1.586	-	-
Obrigações previdenciárias	5.269	4.655	-	-
Outros	10.822	151.482	70	140.084
Total	175.448	190.219	139.018	143.260
Circulante	66.085	177.338	32.400	140.340
Não circulante	109.362	12.881	106.618	2.920

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	Consolidado
2019	34.347
2020	32.557
2021	32.413
2022	8.289
2023 em diante	1.756
Total	109.362

19 Outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (Reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)
Honorários advocatícios	35.117	32.546	-	-
Obrigações assumidas por consórcios	22.413	3.655	-	-
Provisão ambiental	19.899	24.113	-	-
Adiantamento de clientes	672	50.589	-	-
Contas a pagar partes não relacionadas	47.237	61.044	64.545	60.456
Outros	11.087	156	1.307	4.572
Total	136.424	172.105	65.852	65.028
Circulante	59.470	111.680	65.852	65.028
Não circulante	76.954	60.425	-	-

- a) Refere-se aos custos para o fechamento das minas e desativação dos ativos minerários vinculados. A projeção estimada destes custos foi elaborada pela equipe técnica da companhia e submetido a validação pela administração.

20 Provisão para demandas judiciais

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017 (reapresentado)	2018	2017 (reapresentado)
Ativo				
Depósitos Trabalhistas	17.024	14.531	146	165
Depósitos Cíveis	8.001	6.406	29	137
Depósitos Tributários	30.439	30.703	-	15
	55.464	51.640	175	317
Passivo				
Processos tributários	3.049	30.133	-	11.692
Processos cíveis	54.865	72.322	-	840
Processos trabalhistas	34.099	54.044	1.246	2.110
	92.013	156.499	1.246	14.642

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
		(reapresentado)		(reapresentado)
Ativo				
Depósitos Trabalhistas	17.024	14.531	146	165
Depósitos Cíveis	8.001	6.406	29	137
Depósitos Tributários	30.439	30.703	-	15
	55.464	51.640	175	317
Passivo				
Processos tributários	3.049	30.133	-	11.692
Processos cíveis	54.865	72.322	-	840
Processos trabalhistas	34.099	54.044	1.246	2.110
	92.013	156.499	1.246	14.642

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, como segue:

A Companhia e as empresas com controle integral possuem outras contingências passivas envolvendo o montante aproximado de R\$ 1.057.492 (R\$ 576.911 em 31 de dezembro de 2016), que foram avaliadas pelos assessores jurídicos como possíveis e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas.

	2018	2017
Processos Cíveis	746.413	415.040
Processos Trabalhistas	251.183	112.006
Processos Tributários	59.896	49.865
	1.057.492	576.911

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela Administração e aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui o ajuste por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquido dos efeitos tributários, registrados pelas empresas controladas.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

23 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2018	2017
Receita operacional bruta	1.085.328	1.351.105
Deduções		-
Impostos sobre as vendas	(81.980)	(104.545)
Taxas diversas, devoluções e abatimentos	(4.473)	(608)
	(86.454)	(105.153)
Receita operacional líquida	998.874	1.245.952

24 Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	Consolidado	
	2018	2017
Custo com mão de obra	(145.029)	(235.802)
Serviços de terceiros	(112.041)	(150.205)
Materiais e peças	(2.541)	(3.349)
Custo mercadorias vendidas	(339.367)	(528.997)
Alugueis	(11.434)	(41.096)
Arrendamento de terra (nota 21)	(4.925)	(3.150)
Combustíveis	(2.298)	(1.688)
Depreciação e amortização	(67.191)	(49.279)
Manutenção de edifícios	(536)	11
Outros	(15.811)	(51.752)
	(701.173)	(1.065.308)

25 Despesas administrativas, comerciais e gerais

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Despesas com pessoal e encargos	(62.783)	(67.946)	-	-
Serviços de terceiros	(28.794)	(60.335)	(6.341)	(19.392)
Depreciação e amortização	(13.041)	(24.103)	(232)	(68)
Despesas tributárias	(3.897)	(15.635)	266	(1.322)
Combustíveis	(18.807)	(21.862)	-	-
Manutenção de edifícios	(1.603)	(2.073)	-	(5)
Peças para máquinas e equipamentos	(17.813)	(17.652)	-	-
PECLD	413	(34.092)	-	-
Peças para veículos	(398)	(23)	-	-
Outros	(21.806)	(28.616)	(1.515)	(544)
	(168.529)	(272.338)	(7.822)	(21.332)

26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora		
	2018	2017	2018	2017	
Perdas e danos	(471)	0	0	0	
Receitas diversas	161	76	0	0	
Dividendos	10.682	16.956	10.682	16.956	
Impostos sobre outras receitas	(39)	(153)	(31)	(127)	
Indenização trabalhista	(16.202)	(18.184)	0	0	
Resultado na alienação de ativo imobilizado	1.118	(467)	0	0	
Reversão (provisão) contingências	63.474	(50.699)	13.395	(9.139)	
Outros	26.276	11.731	(10.502)	8.946	
	85.000	(40.741)	13.544	16.635	
		Consolidado	Controladora		
		2018	2017	2018	2017
Perdas e danos		(471)	-	-	-
Receitas diversas		161	76	-	-
Dividendos		10.682	16.956	10.682	16.956
Impostos sobre outras receitas		(39)	(153)	(31)	(127)
Indenização trabalhista		(16.202)	(18.184)	-	-
Resultado na alienação de ativo imobilizado		1.118	(467)	-	-
Reversão (provisão) contingências		63.474	(50.699)	13.395	(9.139)
Outros		25.921	11.731	(10.502)	8.946
		84.644	(40.741)	13.544	16.635

27 Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2018	(representado) 2017	2018	(representado) 2017
Despesas com pessoal e encargos	(62.783)	(67.946)	-	(880)
Serviços de terceiros	(140.835)	(210.540)	(6.341)	(18.512)
Materiais e peças	(2.541)	(3.349)	-	-
Custo com mão de Obra	(145.029)	(235.802)	-	-
Custo mercadorias vendidas	(339.367)	(528.997)	-	-
Combustíveis	(21.105)	(23.550)	-	-
Arrendamento de terra (nota 21)	(4.925)	(3.150)	-	-
Alugueis	(11.434)	(41.096)	-	-
PECLD	413	(34.092)	-	-
Depreciação e amortização	(80.232)	(73.383)	(232)	(68)
Peças para máquinas e equipamentos	(17.813)	(17.652)	-	-
Despesas tributárias	(3.897)	(15.635)	266	(1.322)
Reversão (provisão) contingências	63.474	(50.699)	13.395	(9.139)
Peças para veículos	(398)	(23)	-	-
Manutenção de edifícios	(2.140)	(2.062)	-	(3)
Indenização trabalhista	(16.202)	(18.184)	-	-
Impostos sobre outras receitas	(39)	(153)	(31)	(127)
Resultado na alienação de ativo imobilizado	1.118	(467)	-	-
Receitas diversas	161	76	-	-
Dividendos	10.682	16.956	10.682	16.956
Outros	(12.167)	(68.637)	(12.017)	8.400
	(785.058)	(1.378.387)	5.722	(4.695)

28 Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras		(reapresentado)		
Rendimentos das aplicações financeiras	10.185	11.910	630	-
Juros recebidos ou incorridos	18.222	8.869	1.191	-
Descontos obtidos	6.482	20.944	43	2.728
Ganho na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	-	38.313	-	38.313
Outras	128	28.657	-	-
	35.016	108.692	1.863	41.041
Despesas financeiras				
Perda na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	-	-	(90.580)	-
Juros pagos ou incorridos	(145.682)	(160.294)	(50.665)	(46.106)
Variações monetárias passivas	(1)	78	-	-
Outras despesas financeiras	(96.085)	(4.014)	(3.312)	(4.561)
	(241.768)	(164.230)	(144.556)	(50.667)
Resultado financeiro líquido	(206.752)	(55.538)	(142.693)	(9.626)

29 Gerenciamento de riscos

a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, financiamentos. Adicionalmente, a Companhia não opera com instrumento financeiro derivativo.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

b. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

c. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem, também, dos recebíveis de clientes de suas controladas.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

As controladas estabelecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos significativos individuais.

Em 31 de dezembro de 2018 a exposição máxima era de R\$ 423.900 (R\$ 597.545 em 31 de dezembro de 2017) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e as contas a receber.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Até 1 ano	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	63.243	-	-	63.243
Debêntures, empréstimos, financiamentos e outros	195.784	555.230	385.252	1.136.267
Outras contas a pagar	136.424	-	-	136.424
Total	395.451	555.230	385.252	1.335.934

Tipicamente, a Companhia e suas controladas garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IPCA, IPC, IGPM e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. A exposição deste risco está demonstrada abaixo na análise de sensibilidade.

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

Gestão de capital

A política da diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Análise de instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Valor Contábil		Valor Justo	
	2018	2017	2018	2017
Ativos Financeiros		(reapresentado)		(reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	77.188	159.728	77.188	159.728
Aplicações financeiras	40.161	30.985	40.161	30.985
Contas a receber de clientes	306.551	406.832	306.551	406.832
Outras contas a receber	106.303	153.896	106.303	153.896
Ativo financeiro	202.028	294.471	202.028	294.471
Total	732.231	1.045.912	732.231	1.045.912

Passivos Financeiros				
Fornecedores	63.243	92.491	63.243	92.491
Debêntures, empréstimos, financiamentos e outros	1.136.267	1.247.188	1.136.267	1.247.188
Dividendos a pagar	8.185	18.319	8.185	18.319
Outras contas a pagar	136.424	172.105	136.424	172.105
Total	1.344.119	1.530.103	1.344.119	1.530.103

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

- Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais.

Instrumentos financeiros por categoria:

	2018			2017		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	77.188	-	-	159.728	-	-
Aplicações financeiras	-	40.161	-	-	30.985	-
Contas a receber de clientes	306.551	-	-	406.832	-	-
Outros créditos	106.303	-	-	153.896	-	-
Ativo financeiro	202.028	-	-	294.471	-	-
	692.070	40.161		1.014.927	30.985	
Passivos Financeiros						
Fornecedores	-	-	63.243	-	-	92.491
Debêntures, empréstimos, financiamentos e outros	-	-	1.136.267	-	-	1.247.188
Dividendos a pagar	8.185	-	-	18.319	-	-
Outras contas a pagar	-	-	136.424	-	-	172.105
	8.185	-	1.335.934	18.319	-	1.511.784

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)

- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP, CDI, IPCA, IGPM e IPC, para financiamentos e CDI para aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 6,40% para o CDI e 6,98% para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável; e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 31/12/18</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aplicações financeiras		CDI	6,40%	8,00%	9,60%
Receita financeira	40.161		2.570	3.213	3.855

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, IPCA, IPC, IGPM e CDI vigentes em 31 de dezembro de 2018, foi definido o cenário provável para o ano de 2019 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2019. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2018 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

<u>Operação</u>	<u>Saldo em 31/12/18</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário I (Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Financiamentos		TJLP	6,98%	8,73%	10,47%
Despesa Financeira	678.790		47.380	59.224	71.069

30 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

* * *

A Diretoria

Contabilidade

Anderson Ronemberg

Contador CRC 1SP 274990/O-0